



CNJ aprova propostas que reduzem previsão de gastos para 2016

O Conselho Nacional de Justiça aprovou na sessão ordinária desta terça-feira (22/9) diversos pareceres favoráveis a propostas orçamentárias do Judiciário da União para 2016. As proposições reduziram a previsão de gastos em relação à Lei Orçamentária de 2015, especialmente na área de projetos, readequando as previsões ao atual cenário econômico e diminuindo o impacto no Orçamento da União.

“Vivemos um momento econômico delicado, temos que prestar atenção em propostas de aumento de orçamento e de criação de cargos”, disse o presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski. “Temos que passar um pente fino, mesmo nos pareceres que vêm da área técnica, para ver se os cargos realmente são necessários à luz do momento em que estamos vivendo.”

O plenário analisou seis propostas orçamentárias apresentadas pelo Superior Tribunal de Justiça, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, pela Justiça Federal, pela Justiça do Trabalho, pela Justiça Eleitoral e pela Justiça Militar da União. Os conselheiros seguiram os argumentos técnicos favoráveis apresentados pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentário do CNJ, observando que os valores estavam em conformidade com a legislação vigente, em especial a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Reduções e aumentos

Duas das propostas conseguiram reduzir a previsão de gastos gerais em relação à Lei Orçamentária Anual de 2015 — STJ e a JMU apresentaram queda de -3,65% e -1,06%, respectivamente. As demais apresentaram aumento de até 7,17%, variação registrada pela Justiça do Trabalho. Os cortes mais significativos foram registrados na área de projetos, com redução de até 92,41%, observada na aba “Outros Projetos” da Justiça do Trabalho.

Em todos os casos, a maior previsão de verba (entre 63,13% e 81,18%) é destinada a gastos com pessoal e encargos sociais. O menor percentual é reservado a investimentos, variando entre 1,56% e 4,20%. Os órgãos também apresentaram propostas variadas para despesas futuras com provimento de cargos, cuja criação foi proposta em projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional.

Carreiras e remuneração

As seis propostas orçamentárias não apresentaram dotações individualizadas para reestruturação de carreiras e revisão de remuneração. Para essas despesas, foi incluída uma reserva de contingência conjunta no valor de R\$ 1,85 bilhão para o Judiciário. Essa dotação resultou das negociações entre os Poderes Judiciário e Executivo e tem o objetivo de dar suporte à aprovação de dois projetos de lei em trâmite no Legislativo.

O PL 2.648/2015 corresponde ao reajuste dos cargos comissionados, da extensão do adicional de qualificação aos técnicos judiciários e da implantação de duas das oito parcelas semestrais do reajuste previsto na remuneração básica e na gratificação dos servidores. O PL 2.646/2015 dispõe sobre subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal, e corresponde ao impacto do reajuste de 5,5% no valor do subsídio.

Crédito adicional

Também foi aprovado parecer favorável a crédito adicional de R\$ 150 mil para o orçamento de 2015



solicitado pelo Tribunal Superior do Trabalho, com a finalidade de quitar pendência referente à restituição de valores recolhidos ao Montepio Civil da União por servidor vinculado ao tribunal.
Com informações da Assessoria de Imprensa do CNJ.

Date Created

23/09/2015